



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 16/09

18 de Junho de 2009



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



E Agora? Prosseguir a Luta!



Após as eleições para o Parlamento Europeu, realizadas no passado dia 7 de Junho – onde as políticas lesivas aplicadas pelo Governo de Maioria Absoluta do PS foram fortemente penalizadas – refeitos de alguma surpresa e hesitação, eis que os comentadores do costume retomam as teses em defesa de nova maioria absoluta; sendo dos argumentos mais utilizados o da estafada INGOVERNABILIDADE.

Ingovernabilidade? Porquê?

Invocam este argumento porque de antemão admitem, senão defendem, a continuação da aplicação das políticas que ao longo dos últimos trinta e três anos conduziram o País ao estado em que se encontra; e, assim sendo, prevêem uma intensa e reforçada resistência do Povo Português à degradação das suas já depauperadas condições de vida e de saúde.

Os Sargentos de Portugal sabem por experiência própria que só resistindo e lutando conseguiram que os seus familiares mantivessem a assistência na doença e foram já ressarcidos de uma parte da vergonhosa Dívida superior a Mil Milhões de euros do Estado à Família Militar.

Estará neste momento a decorrer nos ramos a distribuição dos boletins de vencimento. Na FAP largas dezenas de jovens 1SAR receberão aquilo que lhes é devido por lei; e no Exército, aos militares de 6 unidades que em 2008 participaram no combate aos incêndios florestais no âmbito da operação Vulcano, após denúncia pública em documento da ANS, serão finalmente ressarcidos do que lhes é devido; tal como os Sargentos (1SAR e SAJ) do Exército na situação de Reserva a quem eram devidos diferenciais e que por via da luta já estão a usufruir da Lei.

São os três mais recentes exemplos, de entre muitos outros que poderíamos citar, comprovando que a solução para os nossos problemas está na luta! Vale sempre a pena Lutar!

Os Sargentos de Portugal também sabem que não podemos adormecer nem descansar quando alcançamos um dos nossos objectivos no difícil caminho da Dignificação da Profissão e da Condição Militares! Conquistado um objectivo é tempo de prosseguir com ânimo redobrado e renovado no alcance dos restantes.

Os clarões de esperança que iluminaram esse caminho com os resultados das recentes eleições não são todavia suficientes para limparem o horizonte das nuvens negras que já lá tinham sido colocadas.

A proposta de RDM defendida pelo Governo, prosseguindo o seu triste e perigoso trajecto, não tendo em consideração as propostas e advertências que as Associações, Chefias Militares e personalidades militares e civis, em tempo e em diversas sedes fizeram, está agora na Presidência da República para apreciação.

Cumprindo a sua missão de tudo fazer para que aquele documento venha a ser um instrumento moderno de regulação da disciplina e de reforço da operacionalidade e não uma fonte de conflitos, injustiças e um recuo de mais de um século na disciplina militar, a ANS

conjuntamente com as AOFA e APA entregaram um processo nos serviços da casa Militar da Presidência onde constam todos aqueles contributos para que o Comandante Supremo os possa considerar no seu processo de apreciação e decisão.

E relativamente ao RDM proposto pelo Governo as questões que se colocam a todos nós, operacionais que fizemos da Condição Militar o nosso modo de vida, numa profissão jurada a sangue, são muito terrenas:

- Porque motivo desaparece o actual artigo 2º, eliminando os parâmetros éticos dos superiores hierárquicos?

- Não queremos retroceder ao tempo dos castigos corporais para «...*compelir ao cumprimento das ordens*»!

- Não é admissível que as punições disciplinares, que não são crimes militares, possam levar à perda de liberdade!

- Não é admissível que as famílias possam ser punidas por uma falta comportamental do militar, ao ser-lhe descontado uma parte do vencimento durante o tempo em que cumpre a sanção!

- Não é admissível um militar poder ser punido duas vezes pela mesma falta!

- Não é admissível, um militar ser forçado a cumprir a pena antes de o processo transitar em julgado, findos todos os recursos!

A ANS tudo tem feito e tudo fará para atingir aquele desiderato, e exorta os Sargentos de Portugal a manterem-se atentos e disponíveis para eventuais acções a adoptar.

Outra nuvem negra que paira sobre o nosso futuro respeita aos processos de revisão das carreiras militares e retributivas. Esta é uma matéria da competência do Governo e que, portanto, poderá legislar até à véspera de entregar o poder.

Não conhecemos qualquer proposta concreta a não ser a proposta do último Grupo de Trabalho; mas sabemos que o processo prossegue na sombra dos gabinetes e no segredo do chamado *turno da noite*.

Também aqui se colocam questões muito terrenas de que damos apenas dois exemplos:

- Querem os nossos camaradas 1SAR serem promovidos por escolha a SAJ?

- Querem os Sargentos ser integrados numa tabela remuneratória da função pública que não reconhece a sua especificidade profissional?

Mantenhamo-nos Atentos, Disponíveis, Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!

Hoje, como nos 20 anos da nossa existência, na Defesa da Dignidade da Condição Militar!

A Direcção

Lisboa, 18 de Junho de 2009